

A

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM

1744/2004/001/2004  
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO  
Processo: 01744/2004/001/2004  
Documento: RD98446/2007  
Pag.: 000



Auto de Infração n.: 001829/2004

Processo n°: 1744/2004/001/2004

POSTO NOVO RIO LTDA., sociedade comercial portadora do CNPJ de n.º 18.935.742/0001-74, já qualificada nos autos do auto em epígrafe, por seus procuradores in fine assinados, vem, respeitosamente, perante V. Exa., apresentar seu **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**, por não se conformar com a r. decisão proferida pelo COPAM e FEAM, lastreando-se nas relevantes razões de fato e de direito adiante alinhavadas:

#### I. DOS FATOS

O posto revendedor acima mencionado fora autuado por agente ambiental, momento em que se lavrou auto de infração consubstanciando as infrações descritas como graves e gravíssimas no Decreto 39.424/98, *verbis*:

\*Art. 19 - Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas.

§ 2º - São consideradas infrações graves:

4. emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas;

18



§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;

Após apresentação de defesa tempestiva que demonstrava por razões de fato e de direito a insubsistência do auto de infração, foi realizado julgamento pela Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM em 03/09/2007 e pela FEAM em 24/07/2007, de modo que foram proferidas as seguintes decisões:

A FEAM, para a infração designada no auto de infração como correspondente ao art. 19, § 2º, item 4 do Dec. 39.424/98, aplicou multa de R\$ 7.449,76 (sete mil quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos).

A Câmara de Atividades Industriais do COPAM, para as supostas infrações correspondentes ao artigo 19, § 3º, itens 2 e 6 do Decreto 39.424/98, aplicou multa no valor de R\$ 26.603,56 (vinte e seis mil seiscentos e três reais e cinquenta e seis centavos.)

Em que pese o renomado conhecimento dos doutos julgadores, a decisão é passível de reforma, pelas razões abaixo aduzidas:



## II - DA DEFESA

### II.1 – DA ILEGALIDADE DO ATO – LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO E RELATÓRIO DE VISTORIA POR AGENTE QUE NÃO POSSUI CREDENCIAMENTO QUE O HABILITASSE PARA TAL ATO – DA EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES NO AUTO DE INFRAÇÃO.

Um dos requisitos do ato administrativo é ser o agente capaz para a produção do ato, ou seja, agir no estrito cumprimento do seu dever legal. A legislação ambiental informa que o Presidente da FEAM, titular do órgão, credenciará os funcionários habilitados para lavratura dos autos de infração. Assim, não basta fazer menção ao MASP, mas deve haver a expressa investidura para fins de autorizar lavratura de Auto de Infração.

E compulsando os atos legais da FEAM, ao que se tem notícia, não existiu nenhum credenciamento dos Ilmos. Funcionários, Dr. Júlio Sales de Freitas, para a lavratura do auto de infração, bem como não havia credenciamento da funcionária Dra. Maria Helena G. P. Fonseca para fins de elaborar relatório de vistoria.

Assim, se não há investidura legal dos funcionários na qualidade de fiscal, ou de qualidade similar, os mesmos não poderiam lavrar auto de infração e relatório de vistoria, consoante remansosa jurisprudência, (RDA 159/221). Comprove-se, além disso, pela lição da doutrina, *verbis*:

"No direito público há um plus em relação ao direito privado: naquele se exige, além das condições normais necessárias a capacidade, atue o sujeito dentro da esfera que a lei traçou. Como o Estado possui, pessoa jurídica que é, as condições normais de capacidade, fica a necessidade de se averiguar a condição específica, vale dizer, a competência administrativa de seu agente."<sup>1</sup>

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. *Manual de Direito Administrativo*, 9.ª ed. Lúmen Jûris: Rio de Janeiro, 2002. p. 86/87.



53  
sl

Necessário pontuar que tal credenciamento deveria ser publicado no Diário Oficial do Estado para os devidos fins de direito, mormente para ser oponente aos administrados.

Ademais, mister mencionar que auto de infração de nº 1829/2004 foi lavrado pelo r. agente Dr. Júlio Sales de Freitas enquanto o relatório de vistoria de nº 7846/2004 foi elaborado pela ilibada funcionária Dra. Maria Helena G. P. Fonseca, o que constitui verdadeira irregularidade.

Isto porque, não pode ser lavrado auto de infração, do qual decorre pretensão punitiva, por agente diverso daquele que visitou e fiscalizou o posto, uma vez que é este quem vistoriou e detém as informações e percepções necessárias para eventual aplicação punitiva que decorra do cometimento de infrações porventura detectadas.

É notável que o Auto de Infração não obedeceu às formalidades legais, previstas na Lei 14.184/2002.

Neste sentido, nada obstante não possuírem as alegações agentes públicos presunção de veracidade, por não possuírem os mesmos credenciamento válido na qualidade de fiscais, ainda há de se observar que o agente que vistoriou o posto não foi o mesmo que lavrou o auto de infração, pelo que o ato administrativo que gerou a lavratura do auto é passível de nulidade por conter vícios insanáveis.

Além de todo o exposto, ainda deve ser ressaltado o fato de que o auto de infração não foi assinado pelo autuado no campo devido, de modo que tal omissão também constitui um defeito inescusável, ensejador de nulidade do ato administrativo.

4  
8



## II.2 – DOS VÍCIOS EXISTENTES NO CURSO DO PROCESSO– AUSENCIA DE INTIMAÇÃO E VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

Ainda faz-se mister elucidar que existem pechas de irregularidades no que concerne o direito de publicidade dos atos administrativos que deve ser concedido pela Administração Pública, os quais garantiriam o direito de defesa da empresa-recorrente.

Isto porque, o posto não fora intimado para da realização de audiência de julgamento do processo, e tão pouco dos pedidos de prova e apresentação de alegações finais, consoante determina a Lei Estadual 14.184/2002. Com efeito a r. decisão da FEAM e da CIF do COPAM constituem verdadeiro cerceamento de defesa.

A Lei Estadual 14.184/2002 determina, em seu artigo 40, dentre outros, que qualquer ato do processo que acarrete em ônus, sanção ou afete direito enseja intimação, o que de fato é caracteriza a situação de julgamento, mormente aquele que aplica multa.

O artigo 36 da lei Estadual 14.184/2002, por sua vez, determina o direito do administrado de produzir alegações no prazo de dez dias, de forma que deve ser intimado para tanto, porem nenhuma comunicação foi feita à empresa autuada. Ademais, o artigo 5º do mesmo diploma legal, assegura o direito de produção de provas no curso do processo administrativo, o que foi desconsiderado pela renomada Fundação Estadual.

Destarte, a imposição de multa em função de julgamento e a produção de provas e alegações representam situações que, por força das determinações legais citadas, ensejam intimação, contendo tal chamamento todos os requisitos legais.

Tendo em vista a omissão do Poder Público neste sentido, não foram produzidos os efeitos legalmente exigidos, de forma que houve cerceamento ao direito de ampla defesa e contraditório do empreendimento e afronta ao princípio da



publicidade, devendo ser declarado nulos todos os atos subsequentes ao vício do processo administrativo acima apontado, sob pena de afronta aos princípios constitucionais radicados no art. 5. II e art. 37, caput da Constituição da República de 1988.

Resta claro, portanto, que houveram vícios insanáveis no curso do processo, o que causou contaminação do mesmo por completo, não sendo válido o resultado final deste, qual seja a aplicação punitiva.

### II.3 - DA INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - IMPOSSIBILIDADE CONCRETA DE PRETENSÃO PUNITIVA .

Não obstante o acima exposto, que *de per se* é capaz de elidir pretensão punitiva, o empreendimento autuado é posto revendedor de combustível que sempre pautou pelo adimplemento da sua obrigação legal perante o meio ambiente, tanto é verdade que o posto revendedor sempre procurou atender os preceitos da legislação ambiental.

O estabelecimento fora vistoriado pela fiscalização da FEAM, a qual emitiu o relatório de vistoria, no qual fora constada, segundo informações ali relatadas, que haveria o inadimplemento no cumprimento de alguns itens da DN COPAM 50 e a ocorrência degradação ou poluição ambiental.

Importa esclarecer, outrossim, que a Agente Pública informou que existiria degradação do solo "in situ", em face da inexistência de atendimento das normas acima mencionadas (i) a instalação da Caixa Separadora de Água e Óleo na área de lavagem de veículos e (ii) piso concretado, o que não pode ser aceito pelo empreendedor, pois não corresponde a realidade.

Faz-se mister relatar, inclusive, que não houve dano ambiental, consoante documentação anexada, o que desconstitui a imputação punitiva, uma vez que o tipo legal que lastreou a autuação pressupõe a existência de degradação.



56  
gh

Com efeito, em que pese o notório conhecimento da agente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, o auto de infração não merece prosperar, mormente porque o agente público que lavrou o auto de infração sequer compareceu ao local do empreendimento, bem como pelos seguintes argumentos.

Inicialmente cumpre informar que não existe qualquer constatação de dano ambiental na empresa, tanto é verdade que o renomado fiscal da FEAM nenhum teste realizou sobre o fato, de forma técnica e válida.

Muito pelo contrário, o renomado agente, quando da vistoria, solicitou teste de passivos ambientais. Ora, se solicitou tais testes é porque são necessários a configuração da existência de passivos, de forma que somente poderia haver a afirmação de dano ambiental após a prova cabal, lastreada em testes periciais.

O dano ambiental deve ser, técnica e cabalmente, comprovado, sob pena de ser ilegal a imputação do ilícito administrativo. Em outras palavras, o dano ambiental não pode ser inferido, sugerido, tal como ocorre nos autos do processo administrativo.

Veja-se que a norma tipificada pelo funcionário que lavrou o auto de infração informa que existe dano ambiental no empreendimento, todavia, repita-se, não há comprovação de qualquer dano, pois este não fora constatado de maneira técnica válida. Basta compulsar o próprio relatório de vistoria, o qual não contém qualquer elucidação científica escoreita, apenas presume a ocorrência de degradação ambiental.

A renomada fiscal afirma que houve um derramamento de óleo na pista, o que acarretaria em dano ambiental. Ora, tal afirmação é infundada, uma vez que não houve qualquer comprovação válida acerca de uma eventual

9

contaminação do solo, mormente porque o simples fato de uma quantidade irrisória de óleo ter sido derramada não irá, necessariamente, implicar em dano ambiental.

Ademais, o empreendimento contratou serviços da empresa ambiental Brandt, a qual retirou completamente o produto derramado na pista, realizando uma raspagem, pelo que foi corrigido acidente que pudesse ter causado algum tipo de degradação ao meio ambiente, não tendo a ocorrência não deixou na área dano qualquer.

Ora, se o funcionário da FEAM tivesse realmente constatado dano ambiental deveria ter lançado tal motivo no seu auto de infração, com a comprovação dos fatos, ou seja coleta das amostras para análise, ou interdição da atividade, o que não ocorreu, restando mais que demonstrado que as supostas irregularidades presentes na empresa, que geraram o auto de infração por estar o empreendimento infringindo os dispositivos do artigo 19, § 3º, itens 2 e 6 do Decreto 39.424, não poderiam ser classificadas como gravíssimas.

UMA VEZ QUE NÃO FORA DEMONSTRADA, TECNICAMENTE, A PRINCIPALMENTE AQUELE QUE POSSA RESULTAR EM DANO À SAÚDE HUMANA, HÁ DE SE JULGAR INSUBSISTENTE O AUTO DE INFRAÇÃO. Comprove-se pela lição da jurisprudência, *verbis*:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA – OBJETIVO – PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE – CANAVIAL – QUEIMADA PARA LIMPEZA DO SOLO – DANO AMBIENTAL - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO CIENTÍFICA – NEXO DE CAUSALIDADE NÃO EVIDENCIADO – AÇÃO IMPROCEDENTE – RECURSO PROVIDO. (TJSP, JTJ 251/21, Rel. Ricardo Lewandowski)”

Importa mencionar que ainda que seja encontrada alguma contaminação no local, os compostos químicos poluidores deveriam ser encontrados em





concentrações que implicassem risco a saúde humana, ou seja, uma degradação intolerável. Isto porque, se a contaminação for tolerável, não se constituirá dano ambiental, passível de punição. Comprove-se, *verbis*:

*"Portanto, se verificado um dano tolerável, de acordo com as condições do lugar, não fará surgir a responsabilidade e, por conseguinte, não haverá um dano ambiental reparável, conforme a doutrina do direito de vizinhança, já analisada. Sanchez entende que a tolerabilidade exclui a ilicitude e não surge, portanto, a responsabilidade civil por dano ambiental."*<sup>2</sup>

De outro lado, não basta a Administração supor a existência de dano. O auto de infração deve conter o mínimo dos elementos que justifiquem, lastreiem tal conclusão, o que não existe in caso, conforme exposto. A doutrina e jurisprudência são unísonas no sentido de que a administração deve provar os fatos do ato administrativo, sob pena de o ver invalidado, por ausência de comprovação de seu direito. Ateste-se, *verbis*:

*"Logo, em princípio, se o interessado impugnar o ato impositivo, inverte-se o ônus da prova, cabendo a Administração demonstrar os fatos imputados aos infratores. Nesse sentido Lucia Vallo Figueiredo, consoante a qual: a prerrogativa de tal importância – presunção de legalidade – deve necessariamente corresponder, se houver confronto, a inversão do ônus probandi. Isso é claro, em princípio.*

*Explicam Sérgio Ferraz e Adilson de Abreu Dallari: A administração-parte tem de provar as suas alegações, sob pena de não as ver reconhecidas (TRF 4ª R., Ap.cível 96.04.47023/0-RS, Rel. Juiz Antonio Albino de Oliveira, DJU 21.07.1999, Seção 2, p. 384.)"*<sup>3</sup>

<sup>2</sup> LEITE, José Rubens Morato. Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. São Paulo: RT, 2003. p. 190.

<sup>3</sup> VITTA, Heraldo Garcia. *A Sanção no Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 107.



E, mesmo por amor ao debate, ainda que seja reconhecido algum descumprimento à legislação, o auto de infração deveria ter sido lavrado tipificando a infração como leve ou grave, pois, repita-se, não existe dano ambiental no empreendimento, uma vez que a renomada fiscal não pode presumi-lo.

Vale dizer que, inexistindo o motivo, ou seja, a causa do ato administrativo punitivo, o mesmo deve ser revogado pela própria administração, a teor do disposto na Súmula 473/STF.

Mister se faz, ainda, mencionar que o empreendimento vem cumprindo, diligentemente, todas as condicionantes impostas, não se furtando em adimplir seus deveres diante a legislação ambiental vigente.

Dessa forma, o auto de infração, apenas para fins de argumentação, ainda que fosse válido, deveria ser lavrado sem a menção ao dano ambiental.

### II.3 - DA INEXISTÊNCIA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL – ALEGAÇÃO DE LANÇAMENTO DE EFUENTES EM DESACORDO COM OS PARÂMETROS LEGAIS- DA AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO VÁLIDA.

Com efeito, em que pese o notório conhecimento dos agentes julgadores da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, a aplicação de multa por suposta transgressão ao artigo 19, § 2º, item 4 do Decreto 39.424/98, não merece prosperar.

O empreendimento fora vistoriado pela fiscalização da FEAM, a qual emitiu o relatório de vistoria, no qual fora constatado, segundo informações ali relatadas, que haveria emissão de efluentes em desacordo com os parâmetros legais.

Importa esclarecer, outrossim, que o Agente Público nem mesmo, em menção à suposta irregularidade, quando da lavratura do auto, especificou qual seria a

exata conduta infringente, ou seja, nem ao menos descreveu qual ditame legal aplicou como parâmetro que deveria ser seguido no lançamento de efluentes.

O renomado fiscal se limitou a alegar, no campo de constatação de irregularidades do AI, *litteris*: "Emitir ou lançar efluentes líquidos causadores de degradação." e só.

Em outras palavras, houve clara afronta ao princípio da motivação e ao da legalidade, constitucionalmente consagrados, devendo ser respeitados pela Administração, sob pena de nulidade do ato administrativo.

Isto porque, o renomado Agente não explicitou de forma clara e detalhada qual foi a conduta que deu ensejo ao ato administrativo, o mencionando de forma vaga e abstrata, o que inclusive causa cerceamento da defesa do empreendimento, visto que este nem mesmo tem a exata noção de qual conduta está sendo reprimida.

O agente da FEAM, na lavratura do auto de infração, afirma haver lançamento de efluentes poluidores. Todavia, sequer houve uma coleta dos mesmos para fins de verificar se o seu lançamento estava fora dos padrões ou com incorreções.

Neste diapasão, a simples afirmação de que os efluentes são lançados de forma irregular é ineficaz, não pode produzir resultados que culminem em sanção. A referência ao lançamento dos efluentes, para que pudesse gerar pretensão punitiva, deveria ter se dado de forma expositiva, mencionando em qual sentido a emissão seria imperfeita, quais medidas estavam inadequadas, qual determinação não estaria sendo adotada, qual diploma legal ditaria os parâmetros a serem seguidos...

Ademais, se a Administração não expôs os motivos que geraram seu ato, este também será imperfeito na medida em que não estará em exata consonância com o tipo legal que o gerou. Assim, a simples alegação de que o empreendimento realiza o



61  
de

lançamento de efluentes poluidores é ineficiente, não basta para enquadrar o procedimento adotado no estabelecimento como o descrito no artigo 19, item 4 do Decreto 39.424/98.

Vale dizer que, inexistindo o motivo, ou seja, a causa do ato administrativo punitivo, o mesmo deve ser revogado pela própria administração, a teor do disposto na Súmula 473/STF.

Cumpra também informar que não existe qualquer constatação de dano ambiental na empresa, no local em que há disposição de resíduos e lançamento de efluentes, tanto é verdade que o renomado fiscal da FEAM nenhum teste realizou sobre o fato, de forma técnica e válida. Ao contrário, conforme documentação acostada, já foi descartada de forma válida a hipótese de existência de poluição causada por lançamento de efluentes.

A simples alegação do fiscal de que a emissão de efluentes APARENTEMENTE é irregular, não tem nenhum embasamento científico ou técnico, de forma que não gera nenhum fato concreto ensejador de sanção, visto que o Direito Ambiental somente lida com fatos escorregados e não com conjecturas e possibilidades.

Assim, há de se convir que, por não ter o renomado fiscal explicado de que forma o lançamento de efluentes era inadequado, não se pode punir o empreendimento.

Ou seja, se a administração não prova sua alegação de que o lançamento de efluentes *sub quaestio* de fato possui irregularidade concreta, estipulada em lei, e que esteja provocando dano ou mesmo riscos ao meio ambiente, não pode ser o empreendimento punido. Isto porque, cabe à administração demonstrar o mínimo daquilo que afirma, sob pena de não ver seus atos reconhecidos.

Destarte, tendo o respeitável fiscal apenas alegado que o mencionado sistema de lançamento é falho, de nada vale sua menção. Isto porque, se não



existe degradação tecnicamente comprovada, há de se presumir a emissão de efluentes como eficaz. Ou seja, competiria ao renomado Agente a incumbência de demonstrar de que forma e quais seriam as provas da ineficiência do sistema de tratamento de efluentes. Não tendo feito, a emissão de efluentes deve ser considerada regular.

Para gerar responsabilidade civil a ser reparada deve haver fato concreto que enseje punição. Mesmo que existisse alguma irregularidade, apenas para fins de argumentação, se esta não foi expressamente demonstrada, o auto de infração não merece prosperar.

Em outras palavras, não basta a Administração supor o lançamento de efluentes em desacordo com as Deliberações Normativas pertinentes. O auto de infração deve conter elementos que justifiquem, lastreiem tal conclusão, o que não existe in caso, conforme exposto. A doutrina e jurisprudência são uníssonas no sentido de que a administração deve provar os fatos do ato administrativo, sob pena de o ver invalidado, por ausência de comprovação de seu direito.

Ademais, cumpre mencionar que não se poderia autuar a empresa pro falta de implementação de dispositivos da DN 50, uma vez que a mesma fora recentemente revista pela DN 108, a qual concedeu novos prazos de adequação.

Assim, não poderia ser aplicada a pena de R\$ 7.449,76, uma vez que existe lei mais benéfica, concessiva de novos prazos de adequação, a qual deve retroagir para atingir o caso, uma vez que não houve julgamento definitivo do mesmo. Com efeito deve ser cancelada também a multa aplicada pela FEAM.

Assim, não havendo prova ou qualquer pecha de irregularidade no sistema de tratamento de efluentes não existe motivo válido que justifique imposição de sanção.



## II.5 – DAS AGRAVANTES E ATENUANTES

Quanto à aplicação das atenuantes, cumpre mencionar que o administrado faz jus a aplicação de, pelo menos duas, sem prejuízo de aplicação *ex-officio* de outras, que a Administração julgar cabíveis, ou que, por ventura, aparecem no decorrer do feito administrativo. As atenuantes que devem ser imputadas são aquelas consubstanciadas nas alíneas "A", "C" e "E" do artigo 69, inciso I do Decreto 44.309/06, *verbis*:

- atenuantes:

- a) menor gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um terço;
- e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um sexto;

O empreendedor também faz jus a incidência da atenuante descrita no art. 69, inciso I, alínea "C", do Decreto 44.309/2006. Isto porque, inexistente dano/degradação, o que não importou em consequências para o meio ambiente, uma vez que não foi descrita qualquer mortandade de flora ou fauna no local apontado como degradado/degradador, o que, por si só, já demonstra a menor gravidade dos fatos e suas consequências.

Outrossim, o empreendedor faz jus a incidência da atenuante descrita no art. 69, inciso I, alínea "E", do Decreto 44.309/2006. Isto porque, o empreendedor declara neste ato, que se dispõe a realizar reuniões e analisar propostas de mitigação dos impactos de sua atividade no meio ambiente, evitando questões como as que lhe foram imputadas neste auto de infração, cogitando, inclusive, a formalização de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, com fins exclusivos de redução da multa à sua metade,



sem que isto implique em confirmação dos fatos alegados no AI, visto que o empreendimento tem como ilegítima a autuação.

### III - DO PEDIDO

Assim, por todo o exposto e o mais encontrado nos autos, requer seja recebido o presente recurso para fins reformar a r. decisão, cancelando-a, pelos argumentos acima elencados e/ou declarar nulos os atos viciados e subsequentes (inclusive as r. decisões), convertendo, neste último caso, em diligencia o julgamento do recurso para que a **Recorrente** tenha direito de produzir provas e ser intimada dos atos do processo, nos termos do disposto na Lei Estadual 14.184/2002. Caso seja mantido o auto de infração, requer sejam aplicadas as atenuantes. Por cautela, protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, mormente a juntada ulterior de documentos, incluindo procuração e contrato social.

Nestes Termos, pede deferimento.  
Belo Horizonte, 15 de outubro de 2007.

BERNARDO R. SOUTO  
OAB/MG 84.947

LIGIA MACEDO DE PAULA  
ESTAGIÁRIA ACADÊMICA